Arquitetura efêmera: o Catetinho – palácio, museu... catedral?[1]

DANTAS, Maritza; MEDEIROS, Ana Elisabete. Arquitetura efêmera: o Catetinho – palácio, museu... catedral? *Revista Docomomo Brasil*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 33-42, dez. 2021.

data de submissão: 05/08/2021
data de aceite: 20/11/2021

Maritza Dantas[1]; Ana Elisabete Medeiros[2]
1- Arquiteta e Urbanista. Mestre em Patrimônio e Preservação, Área Teoria, História e Crítica pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB
maritza.dantas@gmail.com
2- Doutora. Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
ana@unb.br

Resumo:
Este artigo se propõe a refletir a efemeridade na arquitetura, a partir do Catetinho, em uma perspectiva preservacionista. De caráter inicialmente efêmero, considerado a primeira construção de Brasília, o Catetinho, atualmente patrimônio cultural, averigua, em sua permanência, a estabilidade temporal da arquitetura. Por meio de pesquisa, coleta, sistematização e análise de dados documentais e referenciais teóricos, o texto segue uma linha de pesquisa histórica-interpretativa alicerçada na história e teoria da arquitetura e se aproxima de questões filosóficas. O Título "Arquitetura efêmera: o Catetinho – palácio, museu... catedral?" carrega em si o sentido das discussões subsequentes do texto. De Palácio de Tábuas a museu, o artigo defende o edifício como "catedral " da efemeridade que carrega em si uma essência ou substância que, mesmo intangível, é capaz de manter-se viva e presente na memória coletiva, criando um fio inteligível de significados, por vezes impermanente, ao longo do tempo.
Palavras-chave: Arquitetura efêmera, arquitetura moderna em madeira, patrimônio cultural.

Abstract:
This article intends to reflect on the ephemeral condition of architecture through Catetinho, using a preservationist lens. Initially made to be ephemeral, regarded as the first building in Brasilia, Catetinho currently a Brazilian National Heritage, repositioning through its permanence the issue of temporal stability in architecture. Using research, documental and theoretical data collection, systematization and analysis, this text follows a historic-interpretive research lineage grounded in history and theory of architecture that converges to philosophical discussions. The title itself "Ephemeral architecture: Catetinho – palace, museum ... cathedral?" carries the meaning of the text discussions. From "palace of planks" to a museum, this article supports its construction as a "cathedral" of ephemerality that carries within itself an essence or substance that, even being intangible, can stay alive and present in the collective memory, creating an intelligible group of meanings – often impermanent – over time.
Key words: Ephemeral architecture, modern wooden architecture, cultural heritage.

Resumen:
Este artículo tiene como objetivo reflejar lo efímero en la arquitectura, desde el Catetinho, en una perspectiva conservacionista. Inicialmente efímera, considerada la primera construcción en Brasilia, Catetinho, actualmente patrimonio cultural, determina, en su permanencia, la estabilidad temporal de la arquitectura. A través de la investigación, recopilación, sistematización y análisis de datos documentales y referentes teóricos, el texto sigue una línea de investigación histórico-interpretativa basada en la historia y teoría de la arquitectura y aborda cuestiones filosóficas. El título "Arquitectura efímera: Catetinho – palacio, museo ... ¿catedral?" lleva consigo el significado de discusiones posteriores del texto. Desde el Palacio de Tábuas al museo, el artículo defiende el edificio como una "catedral" de lo efímero que lleva dentro una esencia o sustancia que, aunque intangible, puede permanecer viva y presente en la memoria colectiva, creando un hilo inteligible de significados, a veces impermanentes en el tiempo.
Palabras claves: *Arquitectura efímera, arquitectura moderna en madera, patrimônio cultural.*

Introdução

Por definição, ser efêmero é condição que se contrapõe àquela da permanência. No campo da arquitetura e urbanismo, por muitos séculos, à exceção dos chamados monumentos intencionais (RIEGL, 2014), não havia a preocupação quanto à longevidade dos edifícios ou da configuração urbana das cidades, ainda que muitos tenham sobrevivido a gerações, atestando o que Milet (MILET, 1988) uma vez denominou como a "teimosia das pedras". De um lado, é apenas em fins do século XIX e início do século XX que se pode localizar, temporalmente, no rastro tardio da Revolução Industrial e, do outro lado, da institucionalização de uma prática preservacionista nascente, as primeiras discussões e ações em prol da garantia à perenidade de edifícios reconhecidos, então, como monumentos (não intencionais) históricos e artísticos nacionais (CHOAY, 2001).

Recentemente, a ascensão da arquitetura e urbanismos modernos à categoria de patrimônio cultural colocou um novo desafio ao campo preservacionista ao desvelar a particularidade do efêmero como

1- Este artigo é produto da elaboração da dissertação intitulada "Brasília, Patrimônio Moderno em madeira: desafios na preservação do Catetinho", desenvolvida pela autora, sob orientação da Profa. Dra. Ana Elisabete Medeiros, no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

caráter primeiro de certos bens exigindo, portanto, o enfrentamento da questão de fazer permanecer o que foi concebido, originalmente, para não durar (HEYNEN, 1999). Enquadram-se nessa descrição bens como a Pavilhão Alemão na Exposição Universal de Barcelona, reconstruído em 1986 (HILL, 2002), o Weissenhofsiedlung, em Stuttgart, ou o Sanatório Zonnestraal, na Holanda, e também, ainda que menos conhecido nacional e internacionalmente, o Catetinho, ou Palácio de Tábuas, em Brasília.

Primeira residência do Presidente da República em Brasília, cidade que apenas se erguia, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, o Catetinho foi construído em caráter provisório, materializado no uso da madeira, em um contexto de uma cidade moderna que se edificava em aço, concreto e vidro em um ritmo alucinante, buscando cumprir a meta de realizar cinquenta anos em cinco (KUBITSCHEK, 2000). Essa efemeridade, de certa forma, foi contrariada pelo processo de patrimonialização que, deslanchado ainda nos anos sessenta do século passado foi – e vem sendo – capaz de assegurar a sua permanência no tempo.

Após revisar e revisitar a narrativa arquitetônica que tem privilegiado o edifício não apenas como documento de uma época, mas também de uma tradição aparentemente eterna, o presente artigo se propõe a refletir acerca da condição de efemeridade na arquitetura a partir do Catetinho, em uma perspectiva preservacionista. Isto porque, no momento em que o efêmero, o impermanente, parecem ser as palavras de ordem de um mundo em constante e avassaladora transformação, a permanência do Catetinho em seus 66 anos de vida (1956 – 2022), 61 dos quais na qualidade de patrimônio nacional (21/07/1959), permite recolocar a questão da estabilidade temporal da arquitetura que, ao mesmo tempo que exige a permanência, ainda que do concebido como provisório, também admite ou exige mudanças.

Aproximar-se do tema da efemeridade na arquitetura por meio da perspectiva da produção do Movimento Moderno constitui o passo metodológico inicial que guia o desenvolvimento do presente artigo. É assim que a primeira parte dos Resultados apresenta algumas relações que se estabeleceram entre a produção da arquitetura e urbanismo modernos e o efêmero, o transitório, o temporário. Trata-se de criar uma base teórica sólida capaz de alicerçar as etapas posteriores, apoiada em autores clássicos como Benevolo ou, no contexto nacional, Segawa, além de outros mais recentes cujas reflexões já se aproximam da questão preservacionista, a exemplo de Heynen.

A primeira, dentre essas etapas posteriores, vem a ser a que discute, ainda por meio da pesquisa, sistematização e análise teóricas, de que maneira as relações anteriormente estabelecidas entre o provisório, de um lado, e a produção da arquitetura e urbanismo modernos, de outro lado, refletem-se na prática preservacionista, no momento em que esta passa a reconhecer essa mesma arquitetura e urbanismo como objetos de preservação. Para tanto, autores como Macdonald, Armada ou Manoliu e Gradinaru revelam-se fundamentais.

Na sequência dos passos metodológicos cabe, então, apresentar o objeto de estudo, na sua dupla acepção identitária, ou seja, efêmero, como primeira residência oficial e provisória do então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em Brasília, e permanente, na qualidade de patrimônio histórico e artístico nacional. Novamente, aqui, as etapas de coleta e sistematização de documentação, sobretudo aquela de caráter primário, capaz de apresentar o edifício enquanto construção e monumento, são necessárias. A estas etapas se segue a análise do material obtido junto a arquivos, bibliotecas e órgãos públicos tais como o ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a SECULT – Secretaria de Cultura do Distrito Federal, a BCE – Biblioteca Central da Universidade de Brasília, entre outros. Por fim, de maneira a encerrar os Resultados de forma a conduzir às discussões, soma-se a essa sequência de pesquisa teórica a ida ao campo para a apreensão *in loco* do edifício, do monumento.

As Discussões trazem à tona, à luz dos passos precedentes, aspectos a partir dos quais se torna possível revisitar a narrativa arquitetônica dominante em torno do que permanece pois, conforme o texto atesta, torna-se possível vislumbrar até mesmo no efêmero, patrimonializado eterno, uma impermanência que, de alguma maneira, perdura.

Resultados

Movimento moderno e efemeridade

A modernidade, *per se*, é fugaz, está em constante mudança. Na arquitetura moderna, em sua gênese, a ideia de dinamismo não apenas era real, como era desejável, trazendo à tona a noção da transitoriedade material às concepções arquitetônicas. A ânsia do novo e do melhor, combinado ao avanço tecnológico da época, formaram o que Heynen (HEYNEN, 1999) assinala como o "subconsciente" do estilo moderno. Sumariamente, o modernismo não se preocuparia apenas com fachadas representativas e com volumes monumentais; em vez disso, seu objetivo era criar novos relacionamentos espaciais alicerçados em uma lógica estrutural. Abertura, leveza e flexibilidade associavam-se a outras palavras de ordem no *Novo Edifício*: racionalidade, funcionalidade, tecnologia, experimentação: "Perdemos o sentido do monumental, do pesado, do estático; enriquecemos nossa sensibilidade com um

gosto da luz, do prático, do efêmero e do rápido (...) Cada geração terá que construir sua própria cidade." (HEYNEN, 1999, p. 36)

Nesse primeiro momento, alguns profissionais promoviam a ideia de que sempre que o objetivo de uma obra mudasse, a forma perderia seu direito de existir e o projeto deveria ser adaptado ou demolido por completo. Os edifícios eram considerados utilitários, com uma vida útil limitada por definição e, ocasionalmente, até como "descartáveis". Diversos arquitetos, a exemplo do holandês Jan Duiker, autor do Zonnestraal, estabeleceu o sanatório com "prazo de validade" de trinta anos com a convicção de que a tuberculose seria exterminada. Duiker conseguiu equilibrar os requisitos do programa e a vida útil, criando uma estrutura de beleza exuberante, mas de grande fragilidade ao tempo (JONGE, 2003). Apesar dessas limitações impostas pelo seu conceito, o edifício perdura e é atualmente reconhecido como patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Para Armada (ARMADA, 2012) outra questão crucial quando se trata da expressão da temporalidade na arquitetura é do seu potencial de ser desconstruído e fragmentado ao longo do tempo. Nesse viés, a pré-fabricação, processo muito utilizado no modernismo, não é sinônimo da partição da composição, porém quase sempre implica nela. Os elementos de construção, geralmente com design modular, são pré-montados em um ambiente controlado com maior precisão e planejamento, da mesma forma, os elementos móveis permitem que o edifício se transforme facilmente. Benevolo (BENEVOLO, 1994) salienta que a utilização dos produtos fabricados em série vai além das questões pontuadas acima. O autor defende que desempenharam um importante papel no resultado arquitetônico. Em outras palavras, revelavam a convergência dos meios técnicos e dos meios representativos, estabelecendo novos relacionamentos e significados entre tecnologia e expressão formal.

Por fim, destaca-se o papel fundamental que as Exposições Universais, mostras temporárias de produtos e projetos, desempenharam na experimentação e divulgação da arquitetura do século XX. Esses locais tornaram-se um potente veículo de transmissão do pensamento moderno, sua arquitetura e seu planejamento urbano, disseminando-os para além das cenas intelectuais. Diante disso, causou-se um grande impacto na forma como a população percebe não somente tais aspectos, mas, por extensão, como ela compreende a cidade e sociedade nas quais se insere. O apelo promocional necessário a essas estruturas, associado à condição provisória, favoreceu seu caráter experimental, atuando como laboratórios sobre questões técnicas, conceituais, estéticas e espaciais, entre outras possíveis. Por um lado, a sua efemeridade permitiu aos arquitetos desenvolverem projetos experimentais, materializarem ideias e ideais, demonstrando, dessa forma, que o pensamento arquitetônico era avançado em relação à produção física da arquitetura da época, o que torna essas construções verdadeiras expressões artísticas do tempo. Por outro lado, alguns dos edifícios e monumentos lançados nesses eventos tiveram tamanha relevância, num contexto local ou global, que se mantiveram intactos até os dias atuais ou foram reconstruídos, transcendendo o propósito de efemeridade inicial, legitimando-se como produtos icônicos do modernismo a exemplo da Torre Eiffel e do Pavilhão de Barcelona de Mies Van der Rohe.

Do moderno efêmero ao efêmero moderno

"(...) and the ephemeral was there to stay." (MANOLIU & GRADINARU, 2017, p.6). É bem verdade que, ainda que inadvertidamente, a Torre Eiffel, o Grand e o Petit Palais estavam ali para ficar. E não apenas lá permanecem, na Paris do tempo presente, como parecem ter garantidos um futuro duradouro, por reconhecimento global, mesmo que não constem da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Macdonald (MACDONALD, 2009), ao abordar os desafios na conservação dos bens do século XX, chama a atenção para a necessidade de diferenciar os edifícios pensados intencionalmente como estruturas temporárias daqueles concebidos sem a intenção de permanência ou de impermanência, apenas alicerçados na crença no uso de componentes manufaturados ou ainda experimentais cuja materialidade, a despeito de expressar permanência, acabou se revelando de fácil deterioração, tendo por resultado um reduzido ciclo de vida (IDEM, p.04). Talvez porque as atenções da teoria e da crítica no campo da arquitetura e urbanismo têm se voltado para esses últimos, como demonstram as discussões da própria Macdonald (MACDONALD, 2013) e de outros autores como Moreira (MOREIRA, 2011) e Lira (LIRA, 2015), preocupados em discutir as potencialidades e desafios ou debater as opções da "mínima intervenção" ou da "reversibilidade" devido a menor expectativa de vida dos bens modernistas, interessa, aqui, sobretudo os primeiros. Até porque, uma vez patrimonializados, esses também suscitam as mesmas preocupações dos últimos.

Parte-se, portanto, da verdade de que uma parcela da expressão arquitetônica do Movimento Moderno foi concebida como transitória. Trata-se de um fato que a prática preservacionista, ao reconhecer a arquitetura e urbanismo modernos como objetos de preservação, viu-se obrigada a encarar e problematizar. Como vencer a contradição em fazer permanecer o que, inicialmente, foi pensado e executado como provisório e impermanente?

Retirar da condição de impermanência o que, a princípio, foi concebido como tal, exige da prática preservacionista lidar não apenas com a questão da matéria de que é feito o bem patrimonial, mas também do conceito ou substância a partir do qual ele se materializa. É verdade que a relação matéria e substância vem sendo tratada, recentemente, no âmbito da autenticidade e integridade na preservação do patrimônio modernista por diversos autores, entre os quais podemos destacar Heynen, Lira e Jokilehto. Trata-se de uma discussão que aborda, especialmente, as formas pelas quais seria ou não adequado intervir nesses bens, se priorizando a mínima ou a máxima intervenção física e, assim, consequentemente, a matéria ou a substância, respectivamente. É verdade que os bens modernistas de caráter inicialmente efêmero também estão sujeitos a esse tipo de reflexão, mas suscitam diferentes perspectivas, além de requisitarem outras, a reconstrução sendo uma delas.

Reconstrução, segundo a Carta de Burra, é

> (...) o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; (...) A reconstrução não deve ser confundida, nem com a recriação, nem com a reconstituição hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações (CURY, 1995, p. 283).

Percebida, no campo preservacionista, como uma intervenção de exceção, a reconstrução é admitida tão somente em casos de "necessidade estabelecida" decorrentes de processos contingentes como impactos ambientais ou fenômenos da natureza inesperados. Há ainda a reconstrução que resulta dos processos propositalmente criados, aqueles que pressupõem a destruição intencional de algo considerado imperfeito, de modo a permitir a sua reconstrução de forma distinta e melhorada (CAVALCANTI e MEDEIROS, 2017). Mas, essa não se aplica a bens patrimoniais, cujos valores reconhecidos exigem permanência, em vez de mudança. Nesse sentido, como justificar a reconstrução de bens modernistas que não pode ser enquadrada nem como resultado de processos propositalmente criados tampouco como processos contingentes, como é o caso de edifícios modernistas efêmeros?

Nesses casos, é preciso notar, não se trata apenas de patrimonializar monumentos não-intencionais. Afinal, diferentemente dos bens ditos "tradicionais", as materializações da arquitetura como estruturas provisórias não somente não foram concebidas ou edificadas como patrimônio, como também parecem negar, em seu inerente caráter de transitoriedade, a permanência em um tempo futuro. Como lembra Armada:

> Buildings that have survived (or not survived) over the centuries reveal different cultural attitudes toward permanence which transcend issues of architecture alone and go on to demonstrate a philosophy towards the world and life itself (Armada, 2012, p. 8).

Ser efêmero seria, então, uma escolha filosófica. Segundo Manoliu e Gradinaru (MANOLIU e GRADINARU, 2017), a arquitetura das Exposições Universais seria a materialização, a representação concreta do mundo real em expressões metafóricas das possibilidades e potencialidades latentes, de valores, conceitos e ideias cuja concretude estava fadada ao desaparecimento: donde a sua força ao promover o aprendizado didático da experiência material e substancial do efêmero.

Nesse sentido, a efemeridade da arquitetura modernista a permite escapar do problema do lugar. Isto porque um dos preceitos da arquitetura modernista, pelo menos daquela associada ao *International Style*, vem a ser o da universalidade, ou seja, a capacidade de cumprir a sua função por meio da adoção da mesma forma aqui, ali ou em qualquer lugar. Ora, em se tratando da experiência transitória do efêmero nos edifícios provisórios modernistas, a questão do "onde" não se coloca, apenas a do "quando" que, nesse caso, originalmente seria o ontem. Um ontem tornado hoje e amanhã pelo processo de patrimonialização.

Tal processo, cujo cerne consiste no reconhecimento ou atribuição de valores, parece, portanto, negar o valor intencional de provisoriedade ou, na melhor das hipóteses, se apoiado em Riegl (RIEGL, 2014), reconhece os valores contemporâneos do "culto aos monumentos". O processo de patrimonialização entende o efêmero, portanto, como permanente e, ao fazê-lo, redefine-o.

Resultado de um debate bem mais amplo, ancorado no entendimento do meio natural e cultural como em estado de permanente mudança, a redefinição do efêmero pela prática preservacionista parece propor o método paradoxal de buscar a permanência por meio de transformações, quer seja da matéria, quer seja nos valores. Na verdade, seriam exatamente essas mudanças a condição *sine qua non* de sua permanência.
Como situar, nesse contexto, o Catetinho?

Catetinho: residência provisória, patrimônio eterno

O palácio do Catetinho ou o "palácio de tábuas", nomeado em alusão ao Palácio Presidencial do Rio de Janeiro, o Catete, foi considerado o primeiro edifício da nova capital brasileira. Idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, visava abrigar o presidente Juscelino Kubitschek (também conhecido como JK) ao longo de suas visitas às obras de Brasília. De

fato, serviu como moradia provisória e escritórios para os executivos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) no canteiro de obras apesar do presidente, esporadicamente, pernoitar no local (MENNUCCI e PALAZZO, 2018). Para JK, a construção do Catetinho marcou "o passo inicial de uma gigantesca escalada" (KUBITSCHEK, 2000, p. 61) da transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior do país. A construção iniciou-se em 24 de outubro de 1956 e durou apenas 10 dias, por mérito, principalmente, de um gerador que possibilitou o uso de energia elétrica na obra.

O edifício, atualmente Museu, está implantado em sítio que fica a, aproximadamente, vinte quilômetros do Plano Piloto projetado por Lucio Costa.

São incertos os registros documentais que indiquem a escolha do local que receberia a construção. Entretanto, aponta-se que um dos fatores para tal decisão tenha sido a relativa proximidade ao canteiro de obras com distância suficiente para evitar interferência da ocupação no desenho urbano da futura capital (DANTAS e MEDEIROS, 2019). Ademais, o terreno tinha potencial para pouso e decolagem de aeronaves.

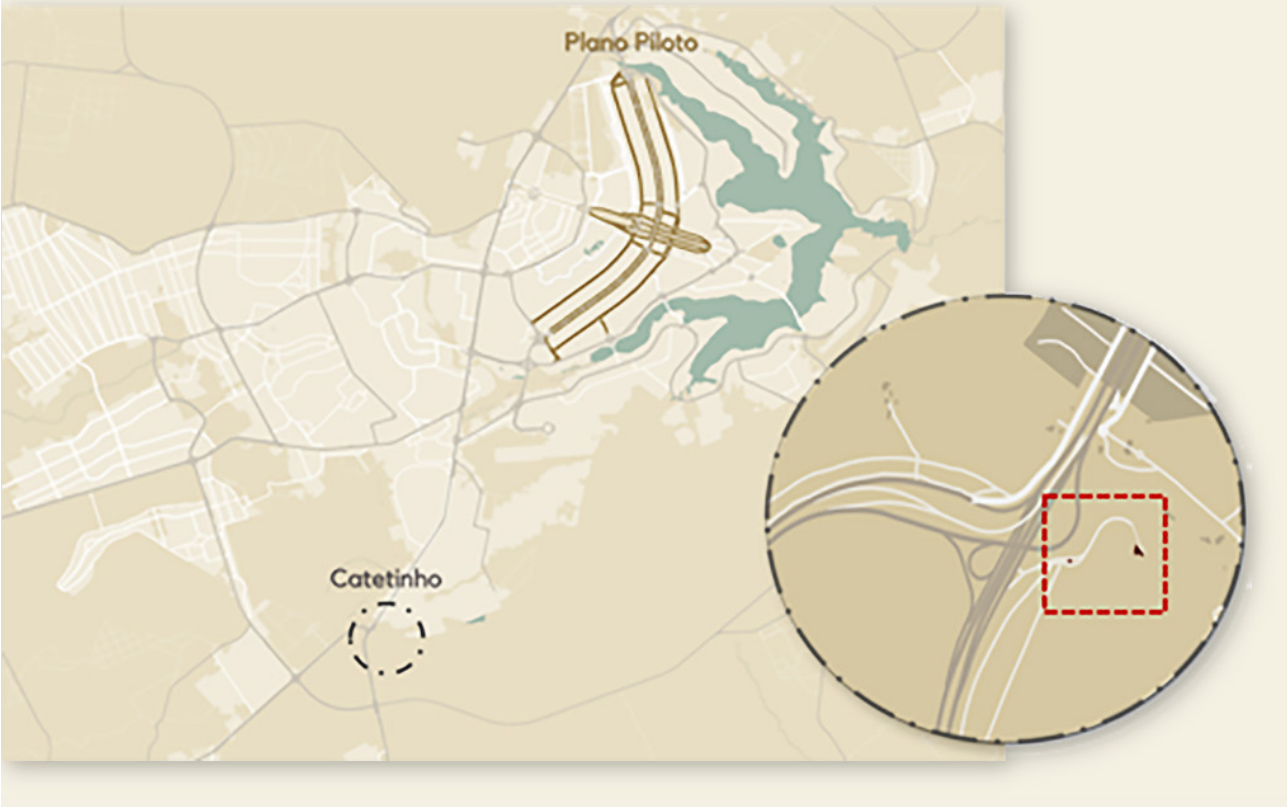

Figura 1 – Locação do Catetinho com relação ao Plano Piloto de Brasília. Esquema elaborado pelas autoras.

Figura 2 – Vista aérea do Catetinho, destacando sua implantação no terreno. Fonte: IPHAN (2017, p.139).

Apesar de seu caráter inicialmente provisório, o projeto de Niemeyer privilegiou princípios modernistas: o volume horizontal elevado sobre pilotis abriga os principais cômodos do palácio – quartos e banheiros, a sala de despachos e o bar –, localizados no primeiro pavimento, acessados por meio de uma escada disposta na fachada principal. A varanda contínua em balanço, alocada igualmente na porção frontal da edificação, também é a circulação principal dos ambientes. A planta segue lógica modular, sendo as paredes divisórias dos cômodos superiores coincidentes aos eixos estruturais definidos pelos pilares no térreo.

Um depósito central em alvenaria no piloti organiza o espaço remanescente em duas partes, sendo uma delas utilizada para refeições. O sistema construtivo pode ser descrito como *woodframe*, que se caracteriza por um entremeado de ripas de madeira dispostas vertical e horizontalmente, recobertas por revestimento madeirado de peças ligeiramente sobrepostas, fixadas em método escamado. A cobertura de telha metálica é em meia água e seu caimento sutil e sem beirais dá a impressão, no conjunto da composição, de ser praticamente plana.

Figura 3 – Vista da fachada frontal do Catetinho. Fonte: acervo pessoal das autoras.

Figura 4 -Vista em perspectiva do Catetinho. Fonte: acervo pessoal das autoras.

Alves (2014) argumenta que, para Niemeyer, a madeira não seria apropriada para a concepção de uma arquitetura universalista e plástica. Para a autora, o Catetinho era um ensaio pontual no qual o arquiteto investigava a associação desse material ao desenho moderno – apesar do edifício ser o primeiro de uma série de projetos efêmeros em madeira no decorrer da constituição da nova capital, como a Escola Júlia Kubitschek da Vila Metropolitana, o primeiro terminal de passageiros provisório do Aeroporto Internacional de Brasília e o primeiro hospital da capital, o HJKO. Schlee (2016), em contrapartida, destaca que essa escolha pela madeira unicamente reforça o caráter provisório da edificação e salienta que, todavia, "não faltou pedigree (...) e nem prole, uma vez que iria servir de verdadeiro molde para o estilo candango que se alastraria" (SCHLEE, 2016, p. 98), visto que diversas constantes projetuais (elevação de volume longilíneo sobre pilotis) foram posteriormente replicadas em obras significativas e "definitivas" do autor na capital. Foi justamente em uma obra de uso efêmero que se "gestaram alguns dos discursos arquétipos que iriam doravante povoar a arquitetura brasileira" (SEGAWA, 2010, p. 95).

que não havia normativa para limite de idade (MENNUCCI e PALAZZO, 2018) – fato que impactou diretamente no tombamento, ou reconhecimento do Catetinho, como patrimônio cultural brasileiro.

Em 30 de junho de 1959, com a inauguração do Palácio da Alvorada, residência oficial da presidência da República em Brasília, JK e convidados deixaram de frequentar o Catetinho. Contudo, em 21 de julho de 1959, por solicitação pessoal de Kubitschek, o Palácio de tábuas foi inscrito no Livro do Tombo Histórico do Patrimônio Nacional (Dantas & Medeiros, 2019). Apesar da singularidade do bem, houve dificuldade em apreender sua significância cultural, não em virtude de ser um exemplar do Moderno, conforme argumentos enunciados por Macdonald (2013) e Prudon (2008), mas pelo edifício per se: temporário, em madeira, aos moldes de barracão de obra e rejeitado como ícone arquitetônico da época. Conforme já pontuado, com a inauguração do Palácio da Alvorada em junho de 1958, o presidente e convidados deixaram de frequentar o Catetinho e em julho de 1959, por solicitação do próprio Kubitschek, o Palácio de tábuas foi tombado.

Figura 5 – Fachada frontal da Escola Júlia Kubitschek. Fonte: IPHAN, 2017, p.170.

Do mesmo modo que a arquitetura modernista consolidou-se na cultura brasileira no século XX, esta desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de procedimentos formais e ideológicos para a preservação dos bens culturais do país, haja vista que os técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituição fundada em 1937, eram, majoritariamente, intelectuais e artistas do Movimento Moderno (MENNUCCI e PALAZZO, 2018). Seu ativismo estético e político ecoa inclusive nos dias atuais, tendo influenciado desde políticas de conservação até a seleção de propriedades a serem listadas, ocorrendo casos de projetos de suas autorias serem indicados como patrimônio – dado

A princípio, surpreende a brevidade do pedido de proteção institucional de um bem com apenas três anos de existência que não carregava valor de antiguidade (RIEGL, 2014) no Livro do Tombo Histórico. Entretanto, do mesmo modo que a arquitetura moderna consolidou-se na cultura brasileira no século XX, essa desempenhou papel fundamental no desenvolvimento de procedimentos formais e ideológicos para a preservação dos bens culturais do país. O instrumento de legitimação das decisões de salvaguarda era de responsabilidade dos técnicos do SPHAN que, na época, eram, majoritariamente, intelectuais e artistas do Movimento Moderno. Seu ativismo estético e político repercu-

te, inclusive, nos dias atuais, tendo influenciado desde políticas de conservação até a seleção de propriedades a serem listadas, ocorrendo casos de projetos de suas próprias autorias serem indicados como patrimônio – dado que não havia normativa que delimitava idade mínima para tal (MENNUCCI e PALAZZO, 2018).

É indispensável elucidar que a concepção do Catetinho criou uma forma de fazer "arquitetura modernista candanga", conforme denominada por Schlee (SCHLEE, 2016), que, a rigor, seria um estilo de matriz corbusiana, aos moldes do Brazilian Style, contudo, temporário e em madeira. O Palácio de tábuas serviu como modelo prolífero para uma série de produções provisórias em madeira[2] cujos traçados seguiam o seu perfil estilístico, mas que, posteriormente, foram reproduzidas da mesma forma nos edifícios definitivos de Brasília, como no Hotel Brasília Palace e, especialmente, nos prédios residenciais do Plano Piloto.

> Mesmo tão modesto, não faltou pedigree ao Catetinho, versão povera do Park Hotel (1944), em Nova Friburgo, de Lucio Costa. E nem prole, uma vez que iria servir de verdadeiro molde para o estilo candango que se alastraria... (SCHLEE, 2016, p. 98)

Contudo, Ao contrário das diversas obras prontamente inscritas no Livro das Belas Artes, esse foi inscrito no Livro do Tombo Histórico, tendo seus atributos artísticos e sua singularidade arquitetônica desprezados pelos técnicos responsáveis pelo acautelamento. A institucionalização prematura de bens do Modernismo nacional não foi excepcional para o Catetinho e consistia prática corriqueira de caráter preventivo, comemorativo ou como culto e homenagem aos personagens responsáveis pelo estabelecimento do Modernismo no cenário do país.

Se por um lado, há o entendimento que o tombamento é a principal ação de proteção de edifícios de interesse cultural, por outro lado, para o Catetinho, atesta-se que a recognição da sua significância foi imprecisa, já que suas qualidades artísticas não foram constatadas nem no Dossiê, nem no discurso de tombamento. A partir da análise desses documentos, evidencia-se o acautelamento do RP-1 como pressão política de JK e não como interesse em salvaguardar o bem para a posteridade. A denotação de que o Catetinho não passava de um barracão em madeira e a citação de Niemeyer como autor apenas como formalidade comprovam esse fato. Ademais, contrariando o prognóstico, o Catetinho perdura como patrimônio histórico e artístico nacional, ainda que essa permanência suscite algumas discussões.

2- A exemplo da Escola Júlia Kubitschek da Vila Metropolitana, do primeiro terminal de passageiros provisório do Aeroporto Internacional de Brasília e do Catetão.

Discussões

No âmbito das discussões acerca da efemeridade a partir da perspectiva da reconstrução, não cabe o Catetinho. Mas também, ainda que o edifício seja percebido como ponto de partida para a produção do modernismo no *far west* candango (SCHLEE, 2016), não parece possível enquadrá-lo em meio aos casos de uma provisoriedade alicerçada em uma escolha filosófica cuja força estaria exatamente no aprendizado didático da experiência material e substancial do efêmero. O efêmero, aqui, parece derivar da necessidade imediata de cumprir uma função. Daí a escolha da madeira, provavelmente seguindo a tradição dos chamados barracões de obra, embora expressando a busca por uma qualidade estética nestes ausentes.

De qualquer maneira, o reconhecimento do bem como patrimônio nacional, ao negar o valor intencional de provisoriedade destacando-lhe aquele histórico, também atesta o valor contemporâneo "riegliano" do culto dos monumentos, ao mesmo tempo em que pede o enfrentamento de algumas especificidades, particularmente no que diz respeito à preservação da madeira.

Para Perpétuo (PERPÉTUO, 2015), a conservação do acervo de edificações em madeira na capital federal pressupõe questões bastante complexas: a escolha do material não diminui sua importância, contudo a maior parte dessas edificações foram idealizadas com a explícita determinação de descontinuação. Devido a sua maior vulnerabilidade, sem o cuidado adequado, após vinte anos de vida, mesmo edifícios reconhecidos com atributos de "monumento" estavam se deteriorando.

Armada, entretanto, reflete que é nessa fragilidade que habita a beleza da impermanência:

> Materiality is a way of showing temporal change in architecture. While some materials express permanence and show aging over time, other materials express lightness and deteriorate easily. These material studies contrast materials used to express monumentality with those that are ephemeral and light, lasting a short amount of time or are flexible and sensitive to change (ARMADA, 2012, p. 32).

O Catetinho, nesse cenário, não é uma exceção à regra. Edificado em madeira, sobrevivente em um clima de extremos que o obriga a viver em seus limites, entre os seis meses de estação seca e os outros seis de estação chuvosa, o edifício passou por severos processos de deterioração e muitas das suas peças foram substituídas trazendo à tona o problema da autenticidade, da permanência e fazendo lembrar a questão filosófica do navio de Teseu (MEDEIROS, 2017). Tudo indica que, materialmente falando, e levando em consideração o ponto de vista ocidental,

pouco do edifício que hoje resiste em sua forma e substância preserve peças originais, submetidas a toda sorte de patologias (MENNUCCI e PALAZZO, 2018). Mas, se segundo Brandi (2017), em seu primeiro axioma, ao restauro cabe agir sobre a matéria, restando à sociedade restaurar a sua verdade estética, o edifício permaneceu na impermanência, tendo encontrado a imortalidade em ciclos de reconstruções parciais e adaptações, inclusive de valores de uso que o transformaram de residência provisória em museu, patrimônio histórico e artístico nacional.

Se, por um lado, Lucio Costa defende que a arquitetura moderna é "coisa mental, não questão de material" (ALVES, 2014, p. 91), por outro lado, Manoliu e Gradinaru discutem que em um mundo de modelos imutáveis, a arquitetura efêmera é aquela que permite ser e tornar-se: por não possuir qualidades fixas, se molda àquilo que contém e, como tal, tem o potencial de se tornar símbolo. E era esse o sentimento provocado pelo palácio de tábuas em JK:

> O Catetinho constituiu, pois, um símbolo. Foi ele a flama inspiradora que me ajudou a levar à frente (...) A mística do Catetinho foi, pois, precursora — dada a emulação que provocou – da mística de Brasília, consubstanciada em pioneirismo, em espírito de criação e na determinação de enfrentar e vencer o que parecia impossível (KUBITSCHEK, 2000, pp. 60-61).

Uma arquitetura provisória é aquela projetada para existir por um curto período de tempo e depois desaparecer, proporcionando uma experiência fugaz e deixando somente uma memória. Porém, maximizar essa sensação também servirá para maximizar o impacto emocional que um edifício temporal cria (ARMADA, 2012). Ao longo da história, fragmentos de tudo, desde edifícios a corpos humanos, sacralizados em relíquias, foram resguardados devido aos significados que carregam: por isso os preservamos.

Para Manoliu e Gradinaru, o protótipo para toda a arquitetura efêmera seria a Tábua das Leis ou os 10 Mandamentos de Moisés. Os autores explicam que, a despeito das suas dimensões e material, as tábuas continham a presença do Divino, revelando-se como um templo capaz de abrigar toda a essência do cosmos. Daí a referência que fazem aos edifícios efêmeros tornados ícones culturais como verdadeiras catedrais da efemeridade, posto que carregam em si uma essência ou substância que, mesmo que intangível, é capaz de manter-se viva e presente na memória coletiva, criando um fio inteligível de significados, por vezes impermanente, ao longo do tempo.

Catetinho: palácio, museu ... catedral? Parece que, ao fim e ao cabo, é na efemeridade que reside a permanência.

Figura 6 – Visão da estátua de JK para o Catetinho. Fonte: acervo pessoal das autoras.

Referências

ALVES, T. *Madeira na arquitetura moderna brasileiras.* São Paulo: Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.

ARMADA, J. *Sustainable Ephemeral: Temporary Spaces with Lasting Impact.* Acesso em novembro de 2019, disponível em Syracuse University Honors Program Capstone Projects: https://surface.syr.edu/honors_capstone/111

BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna.* São Paulo: Perspectiva, 1994.

BRANDI, C. ***T**eoria da restauração.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

CAVALCANTI, G., & MEDEIROS, A E. (2017). A preservação do patrimônio cultural no contexto da reconstrução de cidades: o caso de São Luiz do Paraitinga. In: *Simpósio Científico – ICOMOS 2017.* Belo Horizonte: ICOMOS, 2017.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CURY, I. *Cartas Patrimoniais.* Brasília: IPHAN, 1995.

DANTAS, M., MEDEIROS, A. E. Brasília modernista e o uso da madeira: tombamento e desafios na preservação do Catetinho. In: *13 Seminário Docomomo Brasil.* Salvador: Docomomo Brasil, 2019.

HEYNEN, H. *Architecture and modernity: a critique.* Cambridge: The MIT Press, 1999.

HEYNEN, H. *Questioning Authenticity. Repenser les limites: l'architecture à travers l'espace, le temps et les disciplines.* Paris, 2005.

HILL, J. Weathering the Barcelona Pavilion. *The Journal of Architecture,* n. 7, 2002, p. 319-327.

IPHAN. *Inventário do Catetinho* (Vol. 1). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência do Iphan do Distrito Federal, 2017.

JOKILEHTO, J. Authenticity: the question of truth. In: C. ARISTIMUNHA, L. FAGUNDES, M. LORETE, *Preservação do Patrimônio Cultural.* Porto Alegre: Museu da UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2013.

JONGE, W. "Zonnestraal": Restoration of a transitory architecture. In: *Seventh International DOCOMOMO Technology Seminar.* Vyborg: Docomomo, 2003.

KUBITSCHEK, J. *Por que construí Brasília.* Brasília: Senado Federal, 2000.

LIRA, F. *Patrimônio Cultural e Autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento.* Tese de Doutorado. Recife: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

LIRA, F. Por uma agenda das discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. *In: Conservação do Patrimônio no Brasil – Teoria e Prática.* Olinda: CECI, 2015, p. 26 – 37..

MACDONALD, S. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. *In: (Un)Loved Modern.* Sidney: ICOMOS Australia, 2009.

MACDONALD, S. Modern Matters: Breaking the Barriers to Conserving Modern Heritage. *In: Conservation Perspectives – The GCI Newsletter,* 2013, p. 28.

MANOLIU, R., GRADINARU, T. Cathedrals of ephemerality: impermanence as symbol. *4th International Multidisciplinary Scientific Conference on Social Sciences and Arts.* Bulgaria, 2017.

MEDEIROS, A. E. Arte e Verdade na arquitetura: uma reflexão a partir da perspectiva preservacionista. In: *Revista de Estética e Semiótica, 7*, 2017, p. 79-100.

MENNUCCI, M., & PALAZZO, P. Catetinho: The first presidential house in Brasilia, Brazil. *In: International Congress on Construction History: Building Knowledge, Constructing Histories***.** Bruxelas: CRC Press, 2018, p. 927-934.

MILET, V. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil.* Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MOREIRA, F. D. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. *In: Revista CPC,* n. 11, 2011, p. 152-187.

PERPÉTUO, T. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização:* modos de narrar, ler e preservar Brasília. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.* São Paulo: Perspectiva, 2014.

SCHLEE, A. *Far West & Modernismo Candango.* In: C. COMAS, M. PEIXOTO, MARQUES, *Madeira: Primitivismo e tecnologia na arquitetura do cone sul-americano, 1930/1970.* Porto Alegre: Uniritter, 2016.

SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.